



Resumo Trabalhos STF

Emendas Parlamentares



CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO



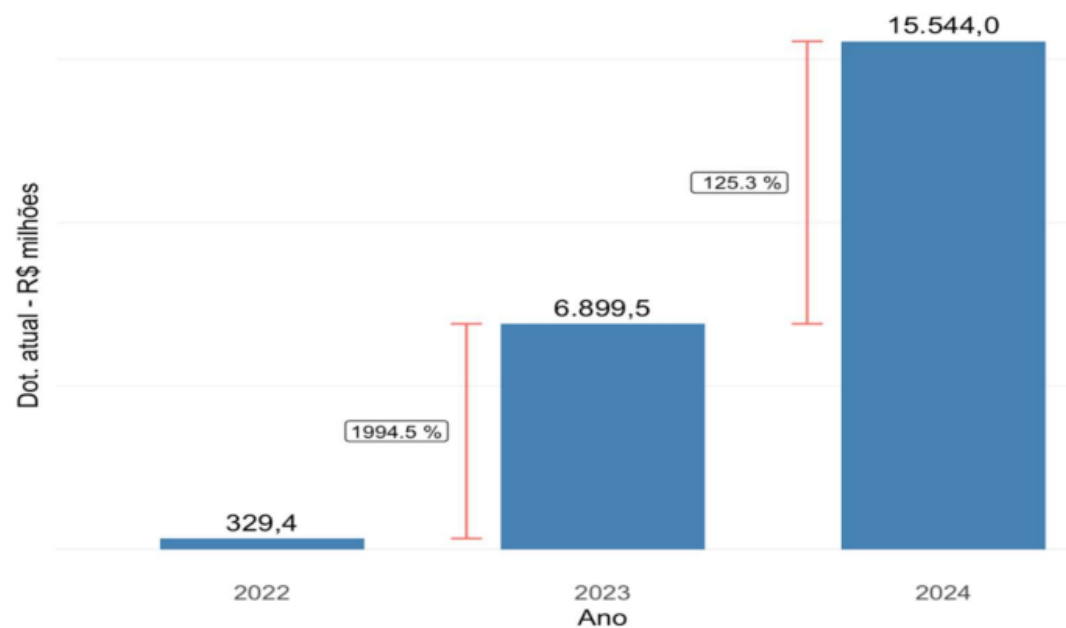
Determinações do STF: Auditorias

1. Análise de risco e eficiência sobre as emendas RP 8 ("emendas de comissão").	ADPF 854	06/09/2024
2. 10 municípios mais beneficiados por emendas parlamentares de comissão (RP 8) e do relator (RP 9), por nº. de habitantes, nos anos de 2020 a 2023	ADPF 854	06/09/2024
3. 20 municípios complementares mais beneficiados por emendas parlamentares de comissão (RP 8) e do relator (RP 9), por nº. de habitantes, nos anos de 2020 a 2023	ADPF 854	11/11/2024
4. Realizar auditoria de todos os repasses de emendas parlamentares (de qualquer modalidade) em benefício de Organizações Não Governamentais (ONG) e demais entidades do terceiro setor, realizadas nos anos de 2020 a 2024.	ADPF 854	11/11/2024
5. Auditoria de todos os repasses de "emendas PIX" em benefício de ONGs e demais entidades do terceiro setor, realizados nos anos de 2020 a 2024	ADI 7.688	11/11/2024

1. Análise de risco e eficiência sobre as emendas RP 8 ("emendas de comissão").

Objeto: Determinação do STF, na ADPF 854, para realizar “análise de risco e eficiência sobre as emendas RP 8 (‘emendas de comissão’) em execução ou executadas em 2024”

Evolução da Dotação
Orçamentária destinada
às Emendas de comissão
(2022- 2024)



Fonte: Tesouro Gerencial. Consulta em 26.08.2024.

1. Análise de risco e eficiência sobre as emendas RP 8 ("emendas de comissão").

Conclusões

- Falta de regulamentação das emendas de comissão (RP 8) gera **descoordenação com as prioridades orçamentárias do governo**
- Recursos são dispersos em **projetos não prioritários**, reduzindo a eficiência orçamentária e enfraquecendo políticas públicas essenciais
- Transparência limitada **dificulta o controle social** e o monitoramento dessas emendas
- Problemas de **rastreabilidade** dos recursos, com recomendação do TCU e STF para integrar dados ao sistema Transferegov.br
- Crescente acúmulo de restos a pagar indica **risco de má alocação**, havendo necessidade de melhorar o controle e eficiência desses recursos



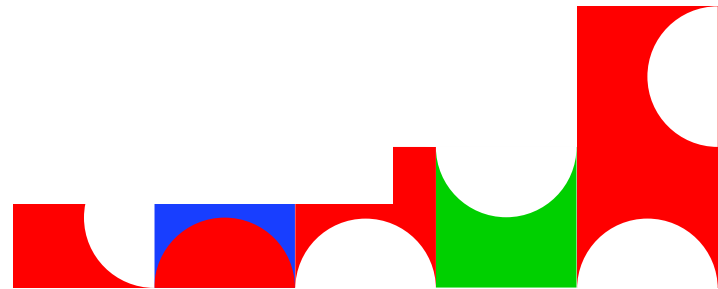
2 e 3. Municípios com mais emendas parlamentares de comissão (RP 8) e de relator (RP 9), *per capita* (2020-2023)

Objeto: Determinação do STF para auditoria em 30 municípios que mais receberam emendas parlamentares do tipo RP 8 e RP 9 (que compõem o chamado “orçamento secreto”) *per capita*.

As determinações ocorreram em duas etapas: primeiramente, 10 municípios foram auditados, depois foram avaliados mais 20 municípios.

Escopo: Consideraram-se apenas as emendas parlamentares de comissão (RP 8) e de relator-geral (RP 9).

Foram auditados os municípios que mais receberam recursos dessas emendas proporcionalmente a sua população (*per capita*), no limite de 6 por região do país.



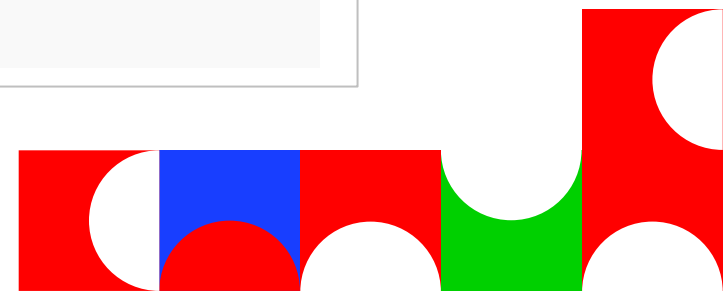
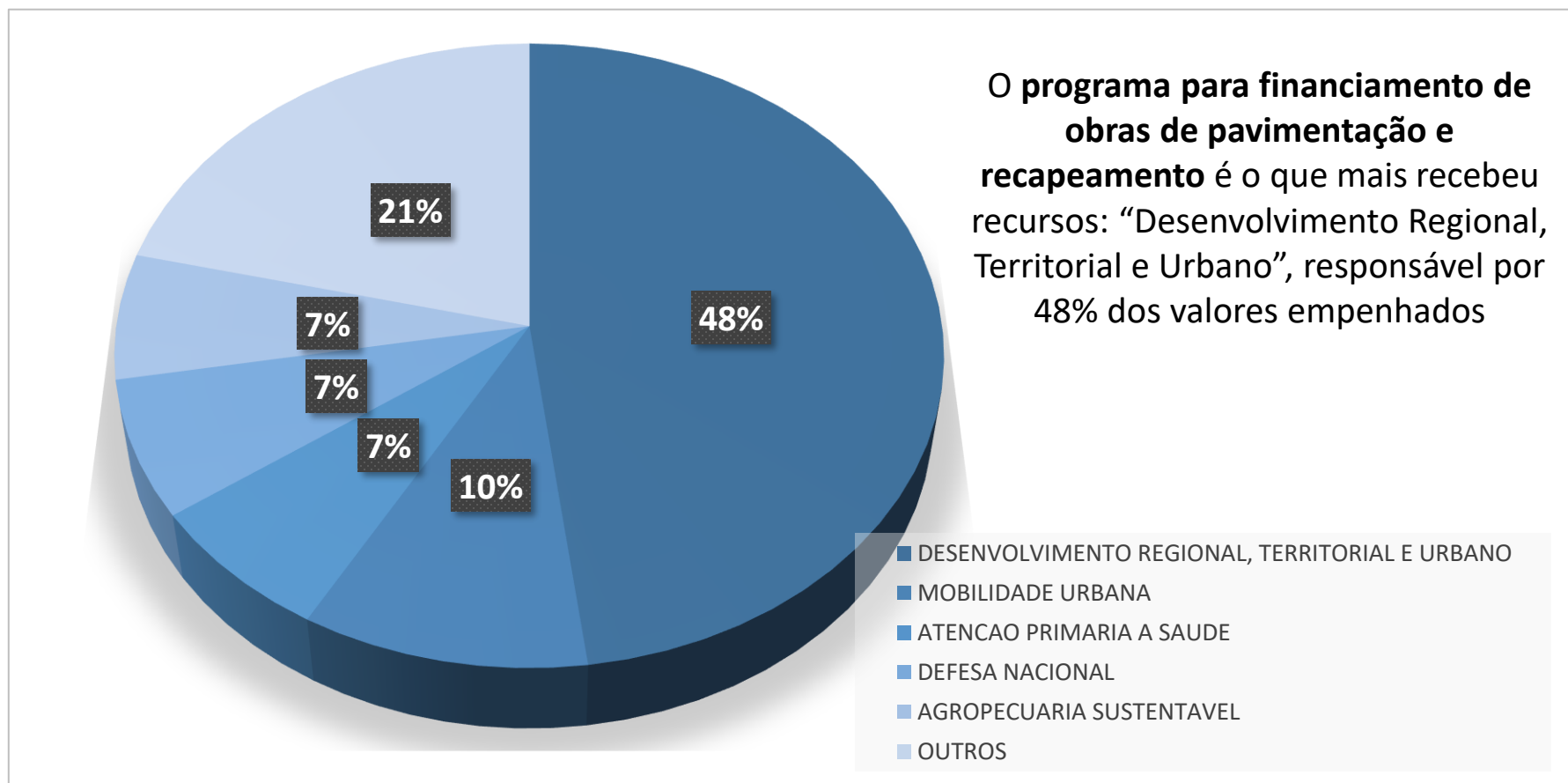
QUAIS OS 30 MUNICÍPIOS VISITADOS?



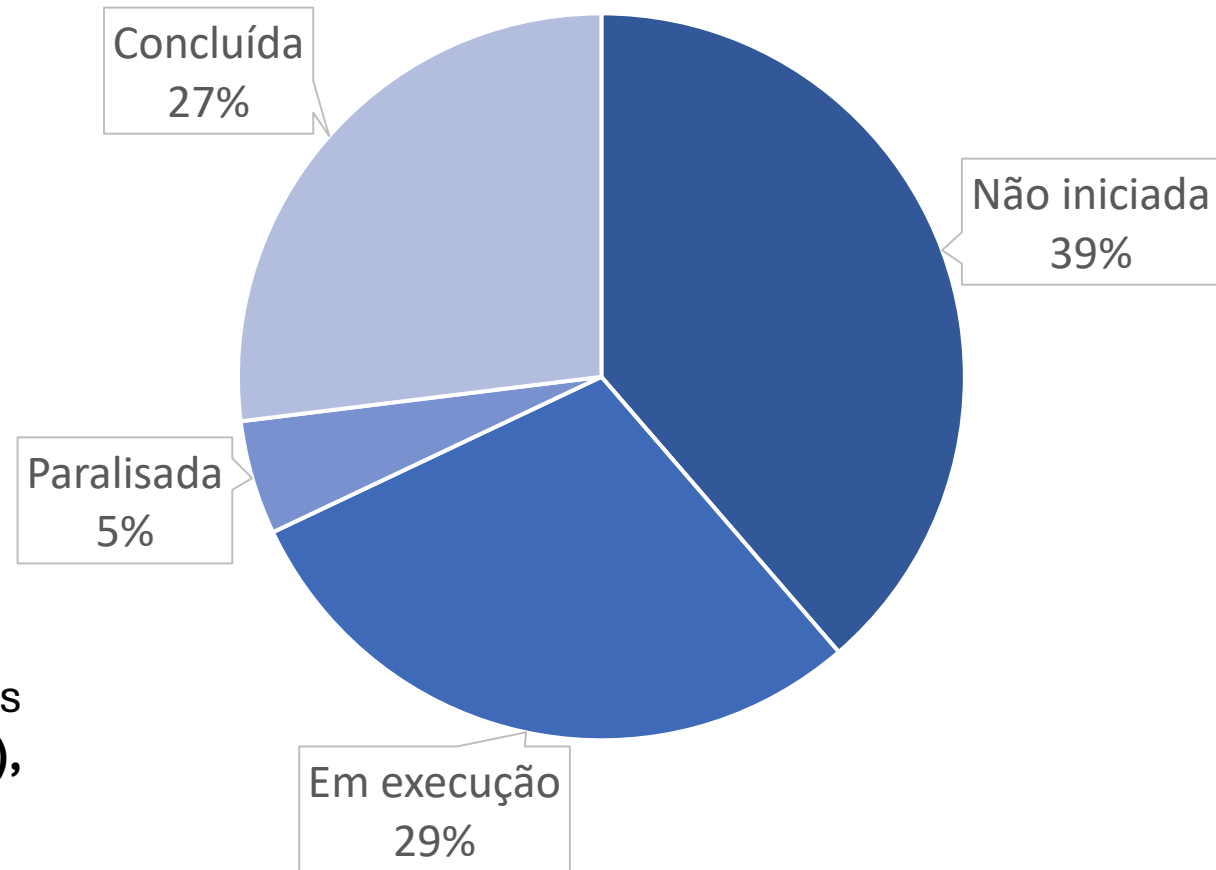
Região	Município-UF
Centro-Oeste	Figueirópolis d'Oeste – MT
Centro-Oeste	Gameleira de Goiás – GO
Centro-Oeste	Ivolândia – GO
Centro-Oeste	São Joao da Parauna – GO
Centro-Oeste	Uniao do Sul – MT
Centro-Oeste	Vicentina – MS
Nordeste	Itaguaçu da Bahia – BA
Nordeste	Joao Costa – PI
Nordeste	Nova Russas – CE
Nordeste	Parari – PB
Nordeste	São Felix do Piauí – PI
Nordeste	Tauá – CE
Norte	Amapá – AP
Norte	Cutias – AP
Norte	Lavandeira – TO
Norte	Pracuúba – AP
Norte	Tartarugalzinho – AP
Norte	Vitória do Jari – AP
Sudeste	Araponga – MG
Sudeste	Fortaleza De Minas – MG
Sudeste	Machacalis – MG
Sudeste	Olaria – MG
Sudeste	Redenção da Serra – SP
Sudeste	Vargem Bonita – MG
Sul	Alto Bela Vista – SC
Sul	Bituruna – PR
Sul	Bom Sucesso Do Sul - PR
Sul	São Vendelino – RS
Sul	Vargem – SC
Sul	Vitoria das Missões – RS

- Foram realizadas mais de **200 vistorias**, *in loco*, nos 30 municípios selecionados, tanto em obras, quanto para conferência de equipamentos, veículos e mobiliários dentre outros bens adquiridos

Participação de emendas RP 8 e RP 9, nos 30 municípios, por Programa de Governo, no período de 2020-23



Situação das obras nos 30 municípios selecionados



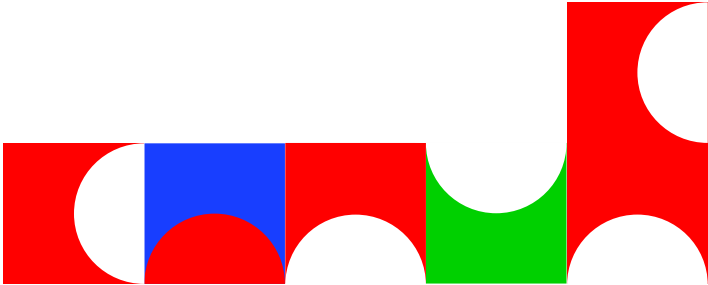
De 256 obras, nos 30 municípios (soma dos dois relatórios), **99 não tinham sido iniciadas (39%)**, **13 paralisadas (5%)**, 75 estavam em execução (29%) e somente 69 concluídas (27%).



4. Relatório Emendas Parlamentares (exceto “Pix”) para ONGs

Objeto: Determinação do STF para auditoria de repasses de emendas parlamentares pagas diretamente por órgãos federais às ONG e demais entidades do terceiro setor por meio de Emendas Individuais (RP6), Emendas de Bancada (RP7), Emendas de Comissão (RP8) e Emendas de Relator (RP9) (**não inclui “emenda pix”**) entre 2020 e 2024.

Escopo: Análise das 10 ONGs que mais receberam emendas parlamentares, exceto “emenda pix”, entre 2020-2024, dentre aquelas que receberam recursos públicos federais apenas através de emendas parlamentares.



4. Relatório Emendas Parlamentares (exceto “Pix”) para ONGs

Entidade	UF	Valor liberado (R\$)
ONG CON-TATO Centro de Pesquisas e de Ações Sociais e Culturais	RJ	137.765.043,23
Instituto Realizando o Futuro	RJ	99.216.420,71
Instituto Leo Moura Sports	RJ	65.560.678,76
Fundação Pedro Américo	PB	56.704.944,57
Solares – Ação Social e Cidadania	RJ	46.865.125,98
Instituto de Políticas Públicas Brasil Digital	DF	23.648.310,42
Instituto Fair Play	RJ	16.309.819,04
Associação Morιά	DF	20.323.892,46
Instituto Nacional de Desenvolvimento Humano	RJ	16.417.954,00
Instituto Servir e Qualificar Chaya	RJ	14.675.927,87
Total		497.488.117,04

4. Relatório Emendas Parlamentares (exceto “Pix”) para ONGs

Valores de repasses de emendas parlamentares, por modalidade, em benefício de ONG entre janeiro de 2020 e agosto de 2024 (Valores em R\$ milhões)

Modalidade de emenda	2020	2021	2022	2023	2024*	Total Geral
RP6-Emenda individual	527,6	577,0	719,4	1.043,8	686,3	3.554,1
RP7-Emenda de Bancada	50,0	157,5	177,1	204,3	152,6	741,5
RP8-Emenda de Comissão	17,0	16,8	3,7	38,9	52,9	129,3
RP9-Emenda de Relator**	413,4	444,3	252,7	135,2	25,5	1.271,0
Total Geral	1.008,0	1.195,7	1.152,8	1.422,2	917,2	5.695,9

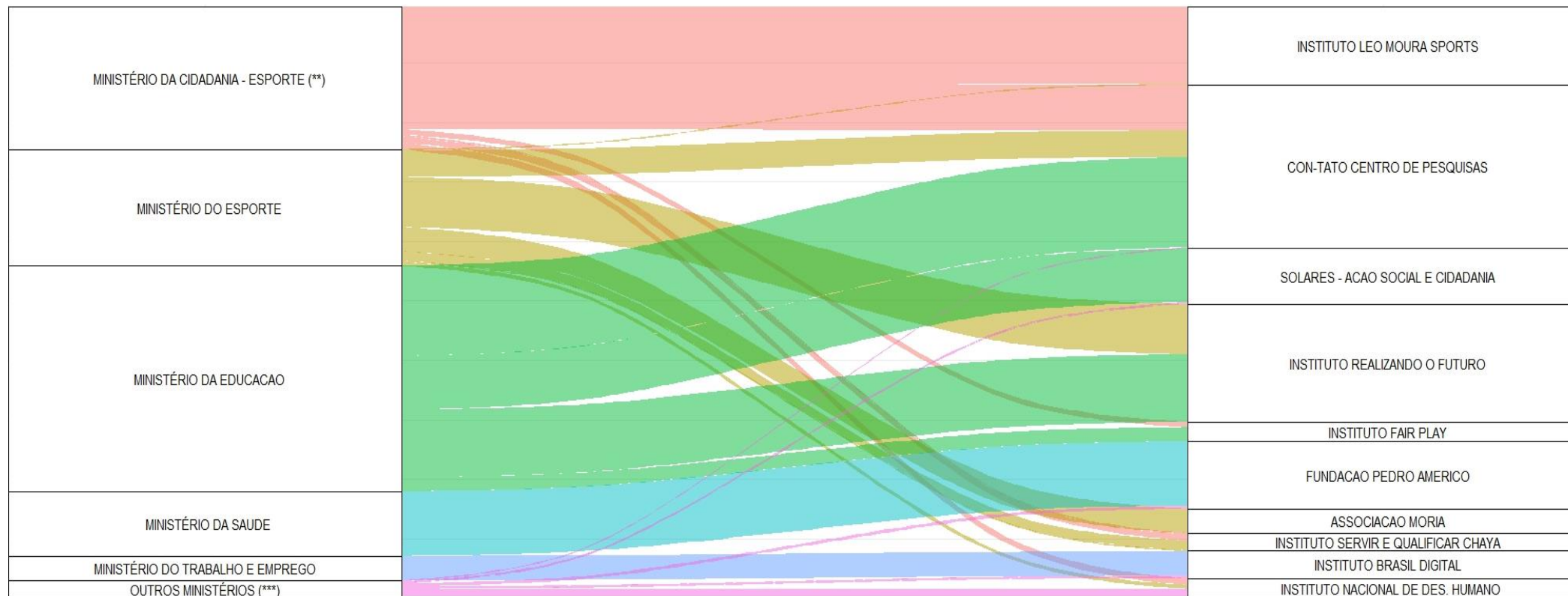
Fonte: Elaborada pela CGU a partir de dados do SIAFI e da RFB.

* Os dados de 2024 vão de janeiro a agosto, data de referência da extração dos dados para análise.

** As emendas RP9 foram extintas em dezembro de 2022, por decisão do STF. Os valores que constam na tabela nas colunas 2023 e 2024 referem-se a restos a pagar de exercícios anteriores.

4. Relatório Emendas Parlamentares (exceto “Pix”) para ONGs

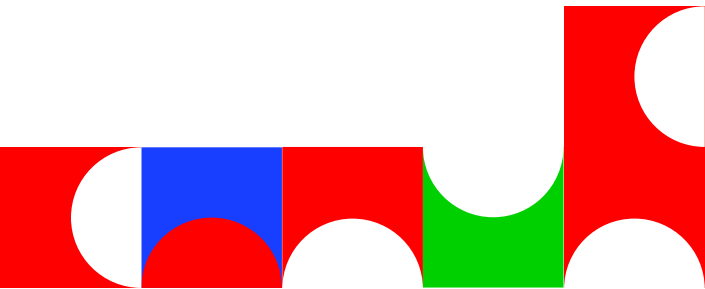
Vinculação entre as entidades da amostra auditada pela CGU e os Ministérios repassadores dos recursos, no período 2020 a 2024:





4. Relatório Emendas Parlamentares (exceto “Pix”) para ONGs

Questões norteadoras da auditoria

- Capacidade técnica e operacional
 - Estruturação dos Planos de Trabalho
 - Regularidade nas aquisições e contratações
 - Execução do objeto
 - Mecanismos de monitoramento e avaliação
- 

4. Relatório Emendas Parlamentares (exceto “Pix”) para ONGs

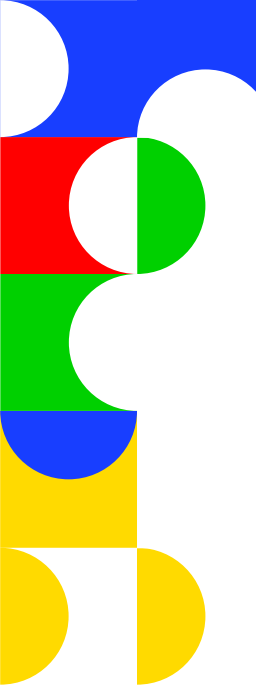
Principais falhas

- situações recorrentes de **capacidade técnica** e operacional deficientes;
- **mecanismos de governança**, quando existentes, frágeis;
- limitadas **transparência e divulgação** de informações relativas à execução dos instrumentos de transferência;
- **planos de trabalho** não possuem detalhamento e precisão dos itens a serem executados;
- dificuldades de **acompanhamento da execução** dos objetos pactuados;
- dificuldades na condução das **contratações** pertinentes e na definição de **especificações e custos** que balizarão essas contratações;
- fragilidade dos mecanismos de **acompanhamento e de monitoramento** da execução das transferências, seja no âmbito das entidades, seja naquele dos órgãos repassadores dos recursos não permitindo aferir a execução dos objetos pactuados ou as metas previstas nos instrumentos de transferência.
- foram identificados R\$ 5,1 milhões de despesas pagas e não aplicadas nos projetos, destacando-se a ONG Instituto Realizando o Futuro; e R\$ 2,7 milhões de superfaturamento pelo Instituto Léo Moura.

4. Relatório Emendas Parlamentares (exceto “Pix”) para ONGs

Entidade	Instrumento	Despesas não revertidas ao projeto (R\$)	Aquisição de itens sem utilização (R\$)	Gastos evitáveis (R\$)	Sobrepço (R\$)	Superfaturamento (R\$)
Instituto Realizando o Futuro	935754	2.568.118,56	-	-	-	-
Instituto Leo Moura Sports	897646	-	-	-	-	2.698.301,70
	909686	-	-	-	-	
	910783	-	-	-	-	
	911484	-	-	-	373.790,80	
Fundação Pedro Américo	924907	-	2.763.000,00	-	-	-
	924954	-	348.892,00	-	-	-
Instituto de Políticas Públicas Brasil Digital	960969	-	-	1.602.178,00	-	-
	960998	-	-			-
	960955	-	-			-
	960938	-	-			-
Instituto Fair Play	916283	-	-	-	394.200,36	-
Associação Morιά	942706	-	-	1.747.614,60	-	-
Instituto Nacional de Desenvolvimento Humano	903019	1.921.677,50	-	-	-	-
	904373	487.298,65	-	-	-	-
	Ambos projetos	157.080,00	-	-	-	-
Total (R\$)		5.134.174,71	3.111.892,00	3.349.792,60	767.991,16	2.698.301,70
		15.062.152,17				

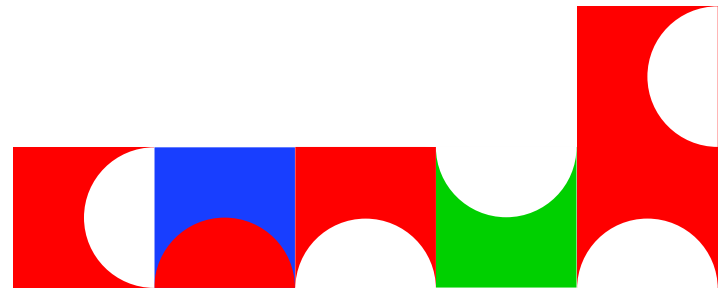
Valores identificados como dano ao erário, na amostra de instrumentos avaliados nas entidades



5. Auditoria de todos os repasses de “emendas PIX” em benefício de ONGs e demais entidades do terceiro setor, realizados nos anos de 2020 a 2024

Objeto: Determinação do STF (ADI 7.688) para auditoria de todos os repasses de “emendas Pix” em benefício de ONGs entre 2020 e 2024.

Método: Os 200 estados e municípios que mais receberam “emendas pix” foram oficiados pela CGU para informar a quantia transferida a entidades do terceiro setor. De um total de R\$ 5,9 bilhões em emendas, aproximadamente R\$ 190 milhões foram transferidas a ONGs. A CGU selecionou as duas ONGs, por cada região do país, que mais receberam recursos.



5. Auditoria de todos os repasses de “emendas PIX” em benefício de ONGs e demais entidades do terceiro setor, realizados nos anos de 2020 a 2024

Região	Entidade	Ente Federado que Repassou o Recurso	Empenho (R\$)	Pagamento (R\$)
Nordeste	Fundação Parque Tecnológico da Paraíba	Estado da Paraíba (PB)	9.576.933,00	2.873.079,90
	Instituto de Saúde e Educação do Nordeste	Coração de Maria/BA	2.794.000,00	2.794.000,00
Norte	Instituto de Gestão em Desenvolvimento Social e Urbano – INORTE	Santana/AP e Estado do Amapá	3.291.253,40	3.291.253,40
	Liga dos Blocos de Micareta e Carnaval do Município de Santana – Liblomica	Santana/AP	3.158.592,00	2.079.296,00
Sudeste	Liga de Esportes, Esportes Radicais e Recreativos	São Paulo/SP	2.999.600,00	2.999.600,00
	Associação Cultural Quântica Laboratório de Arte Contemporânea	Suzano/SP	2.000.000,00	1.500.000,00
Centro-Oeste	Associação da Colônia Paraguaia de Dourados	Estado do Mato Grosso do Sul (MS)	1.854.422,33	658.054,04
	Associação sócio-cultural e Desportiva do Estado de Goiás	Luziânia/GO	1.500.000,00	1.500.000,00
Sul	Ypiranga Futebol Clube	Porto Alegre/RS	500.000,00	500.000,00
	Oficina Permanente de Técnicas Circenses - OPTC	Pelotas/RS	100.000,00	100.000,00

5. Auditoria de todos os repasses de “emendas PIX” em benefício de ONGs e demais entidades do terceiro setor, realizados nos anos de 2020 a 2024

RESULTADOS

- Ausência de Chamamento Público ou Concurso de Projetos para contratação das ONGs pelos estados e municípios (em 6 casos).
- Entidades não dispõem de equipe nem estrutura material/física para a execução dos projetos (em 5 casos).
- Plano de Trabalho inadequado e desprovido de um planejamento estruturado (em 5 casos).
- Não observância de critérios objetivos para aquisição de bens, contratação de serviços e execução do objeto pactuado (em 8 casos).
- Não foram implementados mecanismos adequados para acompanhar a execução do objeto e verificar o alcance das metas pactuadas (em 7 casos).
- Entidades avaliadas não atenderam às exigências de transparência (em todos os casos).